

Populismo, demotismo e política externa nos governos Trump: entre cultura política e reconfiguração da ordem internacional

Danilo Porfirio de Castro Vieira¹

Marcelo Augusto Favalli²

RESUMO

O artigo defende que o trumpismo não é um fenômeno conjuntural, mas expressão de uma mudança estrutural nas democracias contemporâneas e na ordem internacional, vinculada ao avanço do populismo e ao “demotismo”. A partir de uma comparação entre os dois governos Trump, o primeiro mais disruptivo e experimental, o segundo mais coerente e estratégico, sustenta que houve uma reconfiguração da política externa dos Estados Unidos. Essa reconfiguração

¹Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018) e Pós-doutorado em Filosofia, Ciências e Letras (Letras Orientais) pela Universidade de São Paulo, em Relações Internacionais pelo IPPRI - Santiago Dantas (Unicamp, PUC/SP, UNESP - 2025) e em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (UFPE /2025). Foi Diretor do Centro de Formação em Controle Interno da Controladoria Geral do Município de São Paulo e atualmente é Gerente Jurídico do Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU). Professor do Laboratório de Estudos sobre o Oriente Médio (LEOM), do Instituto de Estudos Avançado em Relações Internacionais "Maria Quitéria" e professor licenciado do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB). Tem experiência na área de Teoria Geral do Direito, Direito Civil, Direito Internacional e Filosofia do Direito.

² Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2001). Atualmente é prestador de serviço da Fundação Armando Álvares Penteado e jornalista - editor de internacional - Radio e Televisão Bandeirantes . Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: colômbia, imprensa internacional, terrorismo, armas nucleares e palestinos. Sobre mim: Formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (UNESP) em 2001 e atuante na mídia desde então, passei a cobrir assuntos internacionais, mais especificamente, a partir de 2005 quando fui contratado pela NHK (a TV pública japonesa e maior conglomerado de mídia da Ásia) para integrar a sucursal latino-americana da emissora. Foram praticamente cinco anos de intensas coberturas, na América LATina. E dos mais variados assuntos: desde política externa a desastres naturais. A experiência talhou o profissional que sou hoje, e ampliou meu leque de interesses. Nesse período tive a oportunidade de visitar todos os países latino-americanos de relevância internacionais. Entrevistei nove presidentes da República, incluindo Hugo Chávez (em duas oportunidades), Manuel Zelaya (presidente deposto por um golpe de estado em Honduras) e Alberto Fujimori (até então o único presidente das três Américas preso por crimes contra a humanidade). Ainda na NHK tive contato direto com tragédias humanitárias de proporções bíblicas. Os melhores exemplos são o maciço terremoto no Haiti e o tsunami no Chile. A experiência de correspondente e o domínio no inglês e espanhol me levaram ao BandNews TV (canal de notícias 24 horas do grupo Bandeirantes de Comunicação). Desde 2010, integro a equipe que cobre exclusivamente assuntos internacionais e, mais recentemente, entrei para seleta lista de apresentadores do canal. No final de 2016, recebi o desafio de transformar o material do jornal americano The New York Times em um programa semanal informativo, o "Conexão com The News York Times", que vai ao ar às sextas, com reprises no fim de semana. A atração é apresentada por Ana Paula Padrão. O BandNews TV representa o Brasil numa aliança de compartilhamento de informação com 22 emissoras de TV das três Américas. Por conta dessa parceria, envio boletins (em espanhol e inglês) com bastante frequência para os canais estrangeiros. Também é comum minhas entradas ao vivo na programação dos nossos parceiros. Olhando mais para trás no meu currículo tive passagens pelos portais TERRA, UOL e a extinta FOLHA ONLINE, do jornal Folha de S.Paulo.

privilegia elementos jacksonianos (segurança e nacionalismo) e hamiltonianos (interesses econômicos e competição), em detrimento da tradição wilsoniana, associada ao multilateralismo. O resultado é uma política externa mais seletiva e pragmática, orientada pelo interesse nacional, cuja aplicação é analisada especialmente no Oriente Médio, revelando uma atuação voltada menos à transformação normativa e mais à gestão de crises em um cenário de crescente competição entre grandes potências.

Palavras-chave: Trump; Populismo; Demotismo; Política Externa dos Estados Unidos; Oriente Médio; Ordem Internacional; Jacksonianismo; Hamiltonianismo.

ABSTRACT

This article argues that Trumpism is not a temporary phenomenon, but rather an expression of a structural shift in contemporary democracies and the international order, linked to the rise of populism and 'demotism'. Drawing on a comparison between the two Trump administrations, the first more disruptive and experimental, the second more coherent and strategic, it argues that there has been a reconfiguration of US foreign policy. This reconfiguration prioritises Jacksonian elements (security and nationalism) and Hamiltonian elements (economic interests and competition), to the detriment of the Wilsonian tradition, associated with multilateralism. The result is a more selective and pragmatic foreign policy, guided by the national interest, the application of which is analysed particularly in the Middle East, revealing an approach focused less on normative transformation and more on crisis management in a scenario of growing competition between major powers.

Keywords: Trump; Populism; Demotism; US Foreign Policy; Middle East; International Order; Jacksonianism; Hamiltonianism.

Sumário: Introdução. Populismo contemporâneo, demotismo e transformação da autoridade política; Trump I e Trump II: da ruptura à consolidação do populismo no poder; reconfiguração das tradições da política externa americana; política externa e redivisão do mundo; Oriente Médio como laboratório da estratégia trumpista; conclusão

INTRODUÇÃO

A ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos representa um dos fenômenos políticos mais significativos das primeiras décadas do século XXI, não apenas por seus efeitos domésticos, mas sobretudo por suas implicações para a ordem internacional.

Longe de constituir um evento isolado, o trumpismo insere-se em um contexto mais amplo de transformação das democracias ocidentais, marcado pela emergência de lideranças

populistas, pela crise das mediações institucionais tradicionais e pela reconfiguração das formas de legitimidade política.

Como argumentam Caro, Quitral e Riquelme (2022), a passagem de Trump pela Casa Branca, em duas gestões, não constitui apenas uma anomalia política, mas se insere em um movimento mais amplo de consolidação de partidos populistas autoritários em diversos países, do qual também fazem parte as administrações de Viktor Orbán na Hungria, Andrzej Duda na Polônia, Matteo Salvini na Itália, Santiago Abascal na Espanha e Jair Bolsonaro no Brasil. Trata-se, portanto, de um fenômeno transnacional, no qual o trumpismo opera não apenas como expressão local de uma crise, mas também como referência global de uma nova direita radical organizada em torno do discurso nacionalista, antimigratório e anti-globalista.

Nesse cenário, a perspectiva comparada também permite reconhecer, conforme demonstram Jasmin e Hosen (2025) em seu estudo sobre o segundo mandato de Trump, que a reeleição de 2024 reposiciona os Estados Unidos diante de uma ordem internacional substancialmente distinta daquela de 2017. Se em seu primeiro governo Trump operava em um contexto ainda dominado pela hegemonia liberal, o segundo mandato encontra um sistema marcado pela multipolaridade emergente, pelo aprofundamento da rivalidade sino-americana e pela cooperação crescente entre Estados autoritários, fatores que tornam a reorientação estratégica trumpista mais consequente e potencialmente mais disruptiva para a arquitetura institucional do pós-Guerra Fria.

Nesse cenário, o presente artigo parte da hipótese de que o trumpismo não pode ser adequadamente compreendido apenas como uma inflexão conjuntural, mas deve ser interpretado como expressão de uma mudança mais profunda, que articula dimensões culturais, políticas e estratégicas. Para tanto, mobiliza-se o conceito de demotismo, formulado por Jacques Barzun, como chave interpretativa para compreender o deslocamento dos critérios de autoridade nas sociedades contemporâneas, da mediação institucional e da expertise para a identificação imediata com o "povo". Esse pano de fundo cultural permite compreender a forma específica assumida pelo populismo no caso de Trump e seus desdobramentos na condução do poder.

A partir dessa perspectiva, o artigo propõe uma análise articulada dos dois momentos do governo Trump, compreendidos não como experiências dissociadas, mas como fases distintas de um mesmo processo político. Argumenta-se que o primeiro governo (2017–2021) apresenta um caráter disruptivo, marcado pela ruptura com o establishment e pela experimentação estratégica, enquanto o segundo governo deve ser interpretado como momento de consolidação e sistematização dessa agenda, com maior coerência interna e aprofundamento de suas diretrizes centrais.

Essa distinção permite avançar para o argumento central do trabalho: a política externa trumpista não é errática, mas representa uma reconfiguração das tradições clássicas da política externa americana.

À luz da tipologia proposta por Walter Russell Mead, sustenta-se que há uma predominância de elementos jacksonianos, associados ao nacionalismo, à centralidade da segurança e à desconfiança em relação a compromissos internacionais, combinados a dimensões hamiltonianas, voltadas à defesa de interesses econômicos e à competição estratégica. Em contrapartida, observa-se o enfraquecimento da tradição wilsoniana, fundada na promoção de valores universais, da democracia e das instituições multilaterais.

Essa "repaginação" das tradições não implica sua substituição completa, mas sua recombinação em novos termos, orientados por uma lógica de seletividade estratégica, pragmatismo e priorização do interesse nacional. A política externa deixa de operar como instrumento de transformação normativa da ordem internacional e passa a assumir um papel de gestão de riscos e de equilíbrios de poder em um ambiente crescentemente competitivo.

Para desenvolver essa hipótese, o trabalho estrutura-se em quatro eixos principais. Em primeiro lugar, examina-se o populismo contemporâneo no caso de Trump, destacando suas características e sua conexão com o demotismo. Em seguida, analisam-se as especificidades do primeiro e do segundo governos, com ênfase em suas diferenças estruturais e continuidades. Na sequência, discute-se a reconfiguração das tradições da política externa americana. Por fim, investiga-se a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio como espaço privilegiado de aplicação dessas transformações, especialmente no que se refere à gestão de conflitos, à segurança energética e à competição entre grandes potências.

Ao articular esses elementos, o artigo sustenta que o trumpismo deve ser compreendido como parte de uma transição mais ampla na política internacional contemporânea, na qual se observa o deslocamento de uma ordem liberal baseada em normas e instituições para uma configuração marcada pela competição, pela fragmentação e pela centralidade da gestão de crises.

1. POPULISMO CONTEMPORÂNEO EM TRUMP E O DEMOTISMO

A ascensão de Donald Trump deve ser interpretada como expressão de uma transformação mais ampla da política nas democracias ocidentais, na qual o populismo deixa de ser um fenômeno periférico para ocupar o centro do poder. Conforme a formulação clássica de Cas Mudde (2007), o populismo constitui uma ideologia de baixa densidade que opõe o "povo puro" a uma "elite corrupta", mas sua configuração contemporânea apresenta características

adicionais que o tornam particularmente relevante.

Entre essas características, destacam-se: (i) o personalismo, no qual o líder se apresenta como encarnação direta da vontade popular; (ii) a desintermediação institucional, com a rejeição de partidos, imprensa e burocracias como mediadores legítimos; (iii) a moralização do conflito político, que transforma adversários em inimigos; e (iv) a centralidade de uma política da identidade e do pertencimento, frequentemente associada a elementos nacionalistas e culturais (Müller, 2016; Norris & Inglehart, 2019).

A esses elementos, conforme observam Caro, Quitral e Riquelme (2022, p. 229), pode-se acrescentar que a liderança populista de Trump se enquadra no que Guillermo O'Donnell denominou "democracia delegativa", caracterizada por escassa densidade institucional, desconfiança em relação ao aparato público e sistema de partidos pouco institucionalizado, com presença de outsiders políticos antipartidos. De forma complementar, Steven Levitsky e Lucan Way descrevem regimes desse tipo como "autoritarismo competitivo", situando-se em uma zona intermediária entre a democracia plena e a ditadura. Essa caracterização ajuda a compreender por que o trumpismo, mesmo operando dentro do arcabouço constitucional norte-americano, tensiona continuamente seus mecanismos de freios e contrapesos.

No caso de Trump, esses elementos se articulam de forma particularmente intensa. Sua liderança não apenas mobiliza o antagonismo entre povo e elite, mas também constrói uma narrativa de exclusividade representativa, na qual qualquer oposição é, por definição, ilegítima. Essa dinâmica é amplificada por sua postura midiática, baseada na comunicação direta, na simplificação discursiva e na constante mobilização emocional.

Enrique Krauze, citado por Caro et al. (2022, p. 232), identifica em Trump elementos típicos de uma estrutura proto-fascista, ainda que adaptada ao contexto democrático dos Estados Unidos: o culto ao líder, a emotividade irracional, os abusos incendiários, a obsessão por teorias conspiratórias, o medo do diferente convertido em ameaça, a apelação a um passado de grandeza mítica e a promessa de restaurá-lo. Tal leitura aproxima-se da lógica amigo/inimigo formulada por Carl Schmitt, na qual o conflito político deixa de operar como negociação de interesses e passa a estruturar-se como antagonismo existencial entre "nós" (os bons, que seguem o líder) e os "outros" (os maus, que o criticam).

É nesse ponto que o conceito de demotismo, formulado por Jacques Barzun, adquire centralidade analítica. O demotismo não se limita à valorização do povo no sentido democrático, mas implica a substituição de critérios de autoridade por critérios de identificação imediata. A expertise, a mediação institucional e a hierarquia cultural são progressivamente deslegitimadas, dando lugar a uma lógica em que o valor decorre da proximidade com o "homem comum".

No trumpismo, o populismo político encontra no demotismo sua base cultural. A crítica à imprensa, às universidades e ao chamado deep state não é apenas estratégica, mas reflete uma transformação mais profunda na forma como a autoridade é percebida. Como observa Barzun, o demotismo tende a produzir um nivelamento que enfraquece distinções qualitativas, favorecendo a primazia do que é acessível, imediato e emocionalmente ressonante.

Essa dinâmica é reforçada pela lógica da securitização, conforme desenvolvida por Buzan, Wæver e de Wilde (1998). A construção de ameaças existenciais, como o terrorismo ou a imigração, permite não apenas mobilizar a base política, mas também legitimar a suspensão de normas e a adoção de medidas excepcionais. Como demonstrado em sua análise, o Oriente Médio e o Islã foram frequentemente enquadrados como fontes de risco, reforçando uma narrativa que combina identidade, segurança e exclusão.

Dessa forma, o populismo contemporâneo em Trump não pode ser compreendido isoladamente: ele se ancora em uma transformação cultural demótica e se operacionaliza por meio de estratégias discursivas de securitização.

A materialização do populismo contemporâneo e do demotismo no governo Trump pode ser observada de forma concreta tanto em sua atuação institucional quanto em sua prática discursiva. No primeiro mandato (2017–2021), essas características emergem de maneira ainda tensionada por limites institucionais; já no segundo momento, tendem à consolidação e intensificação.

No plano da comunicação política, a desintermediação assume papel central. Durante seu primeiro governo, Trump utilizou o Twitter como principal canal de comunicação direta com a população, acumulando mais de 80 milhões de seguidores até 2020. Estudos empíricos indicam que essa estratégia não apenas contornava a imprensa tradicional, mas também redefinia a agenda pública, uma vez que suas postagens frequentemente pautavam o ciclo de notícias (BENKLER et al., 2018). Esse padrão evidencia a substituição da mediação institucional por uma relação direta entre líder e base, característica central tanto do populismo quanto do demotismo.

A retórica de deslegitimação da imprensa também se apresenta de forma sistemática. Segundo levantamento do Pew Research Center (2018), cerca de 68% dos eleitores republicanos passaram a desconfiar da mídia tradicional durante o governo Trump, em contraste com níveis significativamente menores em períodos anteriores. A expressão "fake news" tornou-se elemento recorrente do discurso presidencial, funcionando como mecanismo de erosão da autoridade epistêmica e reforço da lógica demótica, na qual a verdade é substituída pela identificação política.

No campo da securitização, a política migratória oferece um exemplo paradigmático. A

ordem executiva conhecida como "travel ban" (2017), que restringiu a entrada de cidadãos de países de maioria muçulmana, foi justificada com base na necessidade de proteção contra ameaças terroristas.

No entanto, estudos do Cato Institute e de centros de pesquisa independentes indicam que o risco estatístico de ataques terroristas por imigrantes desses países era extremamente baixo. Ainda assim, a medida foi politicamente eficaz, pois operava no plano simbólico da ameaça existencial, conforme descrito pela teoria da securitização.

A construção do "outro" como ameaça também se manifesta na retórica sobre imigração na fronteira com o México. Dados do U.S. Customs and Border Protection mostram aumento significativo nas detenções na fronteira sul entre 2018 e 2019, frequentemente utilizado pelo discurso político como evidência de "crise", ainda que especialistas apontem variações cíclicas nesse fluxo. A narrativa de invasão ou descontrole reforça a lógica populista de proteção do "povo" contra elementos externos.

No plano econômico, a política comercial adotada por Trump também reflete a convergência entre populismo e nacionalismo econômico. A imposição de tarifas sobre produtos chineses, no contexto da guerra comercial iniciada em 2018, atingiu centenas de bilhões de dólares em importações. Segundo dados do U.S. Trade Representative, essas medidas buscavam reduzir o déficit comercial e proteger a indústria doméstica, mas também tiveram efeitos colaterais, como aumento de custos para consumidores e empresas americanas (Fajgelbaum et al., 2020). Ainda assim, politicamente, reforçaram a narrativa de defesa do trabalhador americano contra práticas externas consideradas desleais.

Sob o ponto de vista da teoria das relações internacionais, esse padrão decisório encontra explicação no Interpretative Actor Model (IAM) discutido por Jasmin e Hosen (2025). Segundo essa abordagem, as decisões dos líderes não derivam exclusivamente de cálculos racionais sobre o interesse nacional, mas são moldadas por percepções pessoais, ideologias e contextos históricos específicos. Líderes como Trump, Putin e Xi Jinping compartilhavam esse padrão decisório, no qual a visão de mundo individual do líder torna-se variável estruturante da política externa do Estado. No caso trumpista, esse modelo ajuda a compreender por que o ceticismo em relação a instituições multilaterais, a inclinação por acordos bilaterais e a interlocução direta com líderes autoritários parecem responder mais à cosmovisão pessoal do presidente do que a um cálculo estratégico convencional do estabelecimento de política externa norte-americana.

No que se refere ao segundo governo, embora ainda em desenvolvimento, observa-se uma tendência de aprofundamento dessas características.

A experiência do primeiro mandato e, sobretudo, o contexto pós-eleitoral de 2020

contribuíram para a consolidação de uma base política altamente mobilizada e desconfiada das instituições. Pesquisas do Pew Research Center (2021) indicam que uma parcela significativa do eleitorado republicano passou a questionar a legitimidade do processo eleitoral, evidenciando a eficácia da retórica populista na construção de percepções políticas.

Além disso, há indícios de que a comunicação política tende a se tornar ainda mais centralizada e alinhada ideologicamente, com menor dependência de canais tradicionais e maior integração com redes de apoio político e midiático. Esse movimento sugere a transição de um populismo insurgente para um populismo institucionalizado, no qual a lógica demótica não apenas mobiliza a base, mas estrutura o próprio funcionamento do poder.

Dessa forma, os dados empíricos confirmam a hipótese desenvolvida no capítulo anterior: o populismo trumpista não se limita a uma estratégia discursiva, mas se ancora em uma transformação cultural mais ampla, na qual o demotismo redefine os critérios de legitimidade e a securitização opera como mecanismo de mobilização e justificação política.

2. CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO E DO SEGUNDO GOVERNO TRUMP

O primeiro governo Trump (2017–2021) caracteriza-se por seu caráter disruptivo e por sua condição de ruptura com o establishment político. A ausência de experiência governamental prévia e a desconfiança em relação às instituições resultaram em uma administração marcada por instabilidade interna, elevada rotatividade e conflitos com órgãos tradicionais do Estado. Dados do Brookings Institution indicam que o governo Trump apresentou uma das maiores taxas de rotatividade em cargos de alto escalão na história recente dos Estados Unidos, com mais de 90% de substituição em posições-chave ao longo do mandato, evidenciando dificuldades de coordenação e continuidade administrativa.

Esse padrão de instabilidade institucional foi interpretado por Caro, Quítral e Riquelme (2022, p. 230) como expressão de um "enfrentamento permanente" entre o estilo pessoal de Trump e o establishment de política externa, no qual o presidente buscou contornar a expertise tradicional do Departamento de Estado, do Pentágono, do Conselho de Segurança Nacional e da CIA, recorrendo a círculos pessoais de confiança e a familiares em posições estratégicas. Essa configuração contraria a lógica institucional descrita por Mariano Turzi, segundo a qual o sistema norte-americano fora projetado precisamente como um conjunto de freios e contrapesos para impedir a concentração de poder. A administração Trump, ao tensionar continuamente esses mecanismos, evidencia o caráter de alguém que delega sua governança e a substituição da racionalidade burocrática por uma lógica personalista de tomada de decisão.

Essa instabilidade institucional foi acompanhada por tensões recorrentes com agências federais e órgãos de controle, incluindo o Departamento de Justiça e a comunidade de inteligência, especialmente no contexto das investigações sobre interferência estrangeira nas eleições de 2016. Tais conflitos reforçam a hipótese de desintermediação institucional, na medida em que o Executivo busca contornar ou confrontar estruturas tradicionalmente responsáveis pela mediação e estabilização do poder estatal.

No entanto, essa aparente descontinuidade convive com elementos de continuidade, especialmente no campo da política externa. Como apontado em sua análise, há uma clara herança do paradigma pós-11 de setembro, no qual a segurança ocupa posição central e os inimigos são frequentemente construídos de forma difusa. Dados do *Costs of War Project* (Brown University) indicam que, mesmo sob Trump, os Estados Unidos mantiveram operações militares ativas em múltiplos teatros, incluindo Afeganistão, Iraque e Síria, evidenciando a persistência de um aparato global de segurança.

A diferença fundamental reside na forma de atuação: Trump substituiu o intervencionismo liberal por uma estratégia de engajamento seletivo, baseada em ações pontuais e na minimização de custos políticos e militares. A intensificação do uso de ataques com drones, por exemplo, especialmente em 2017–2019, ilustra essa lógica de projeção de poder com menor exposição doméstica. Ao mesmo tempo, decisões como a retirada parcial de tropas da Síria em 2019 indicam uma tentativa de reduzir compromissos prolongados, ainda que de forma controversa e com impactos sobre aliados estratégicos.

No plano econômico, a política comercial reforça essa combinação de ruptura e continuidade. A imposição de tarifas sobre aproximadamente US\$ 370 bilhões em produtos chineses (USTR, 2020) sinaliza uma mudança significativa em relação ao consenso liberal anterior, ao mesmo tempo em que mantém a centralidade da competição internacional como eixo estruturante da política externa.

O segundo governo Trump, por sua vez, deve ser compreendido como uma fase de consolidação do populismo. A experiência acumulada e o domínio sobre o partido reduzem a fragmentação interna e aumentam a coerência da ação governamental. Indicadores recentes apontam para uma maior homogeneidade ideológica entre lideranças partidárias e base eleitoral, bem como para níveis elevados de lealdade política, especialmente quando comparados ao primeiro mandato.

A transição entre o primeiro e o segundo governo Trump ocorre, ademais, em um contexto internacional substancialmente alterado. Como observam Jasmin e Hosen (2025), a administração Biden (2021–2025) buscou reabilitar o *soft power* norte-americano por meio do

fortalecimento de alianças multilaterais e da chamada "deterência integrada", articulando capacidades dos Estados Unidos e de seus aliados para contrabalançar a ascensão chinesa, especialmente por meio da QUAD (com Japão, Índia e Austrália) e do AUKUS (com Reino Unido e Austrália). Trump 2.0 herda, portanto, não apenas um sistema internacional mais multipolar, mas também uma arquitetura de alianças cuja preservação ou desmantelamento condicionará decisivamente a posição americana no mundo.

Nesse sentido, conforme argumentam Jasmin e Hosen (2025), a posição de Trump diante desse cenário implica uma escolha estratégica fundamental: ou manter a lógica de hard power articulada com aliados tradicionais, ou aprofundar o isolacionismo e o unilateralismo, abrindo espaço para o que os autores denominam "dual containment" — situação na qual Rússia e China cooperam ativamente, deixando os Estados Unidos como único contendor explícito de ambos. Essa segunda hipótese, segundo os autores, pode acelerar o que Daniel Drezner chamou de "fim do excepcionalismo americano", marcando uma transição definitiva da hegemonia benigna do pós-Guerra para uma configuração mais competitiva e fragmentada.

O contexto pós-eleitoral de 2020 também desempenha papel fundamental nesse processo. Pesquisas do Pew Research Center (2021) indicam que uma parcela significativa do eleitorado republicano passou a questionar a legitimidade do processo eleitoral, evidenciando o impacto duradouro da retórica de contestação institucional. Esse cenário contribui para a consolidação de um ambiente político no qual a confiança em instituições é substituída por vínculos diretos de lealdade entre líder e base.

Nesse contexto, a lógica demótica tende a se aprofundar, com maior desintermediação institucional e maior centralização decisória. A política deixa de operar como arena de negociação entre interesses diversos e passa a se organizar em torno de uma relação direta entre líder e base, frequentemente mediada por canais de comunicação próprios e redes de apoio político. A experiência acumulada no primeiro mandato, combinada com a radicalização do ambiente político, sugere que o segundo governo tende a operar com menor resistência institucional e maior capacidade de implementação de sua agenda.

2.1 A pandemia de COVID-19 como catalisador da radicalização discursiva e da reorientação estratégica

A pandemia de COVID-19 constitui um ponto de inflexão decisivo para a compreensão da transição entre o primeiro e o segundo momento do trumpismo, operando como um verdadeiro critical juncture na articulação entre política doméstica e estratégia internacional. Mais do que uma crise sanitária, o evento expôs fragilidades estruturais e foi rapidamente incorporado à gramática populista, intensificando processos já em curso.

Do ponto de vista discursivo, observa-se uma ampliação da lógica de securitização. A pandemia passa a ser enquadrada não apenas como um problema de saúde pública, mas como uma ameaça externa associada à China. A utilização reiterada de expressões como "China virus" ou "Kung flu" por parte de Trump não constitui mero recurso retórico, mas uma estratégia de externalização da responsabilidade, típica do populismo contemporâneo, que busca deslocar o foco da crise para um inimigo identificável. Conforme argumentam Buzan, Wæver e de Wilde (1998), a securitização depende precisamente dessa construção discursiva de ameaças existenciais, capazes de legitimar medidas extraordinárias e reorganizar prioridades políticas.

Essa estratégia de responsabilização, contudo, produziu efeitos paradoxais para a posição internacional dos Estados Unidos. Conforme demonstram Caro, Quiral e Riquelme (2022, p. 233), durante a pandemia os Estados Unidos retraíram sua influência global, abrindo espaço para que a China, inicialmente identificada como origem do vírus, convertesse o cenário em vantagem diplomática mediante a chamada "diplomacia das máscaras", distribuindo insumos médicos a países em desenvolvimento e recursos básicos às nações extremamente pobres. Como observam Actis e Creus, citados pelos autores, a pandemia evidenciou a existência de um vácuo no sistema internacional decorrente da indisposição da potência hegemônica em exercer seu papel de liderança, agravando o vácuo hegemônico e favorecendo ambições de potências revisionistas.

Essa construção encontra respaldo em um contexto de crescente rivalidade sino-americana. Dados do Pew Research Center (2020; 2021) indicam que a percepção negativa dos norte-americanos em relação à China atingiu níveis históricos durante a pandemia, ultrapassando 70% em alguns levantamentos. Tal mudança não pode ser dissociada do discurso político dominante, que passou a associar diretamente a crise sanitária à atuação chinesa no sistema internacional.

No plano doméstico, a pandemia desempenhou papel central na radicalização do discurso político. Os Estados Unidos registraram, em 2020, mais de 350 mil mortes por COVID-19, número que ultrapassaria 1 milhão nos anos subsequentes (CDC, 2022), evidenciando a magnitude da crise. Ao mesmo tempo, estudos indicam que a gestão da pandemia se tornou profundamente politizada, com divisões partidárias marcantes em relação a medidas como uso de máscaras e distanciamento social (Gadarian, Goodman e Pepinsky, *Perspectives on Politics*, 2021).

Nesse contexto, a pandemia foi incorporada à narrativa de contestação eleitoral. Trump passou a associar sua derrota não apenas à condução da crise, mas também a alegações de irregularidades no processo eleitoral, reforçando uma lógica populista de deslegitimação institucional. Como observa Norris (2022), crises sistêmicas tendem a ser mobilizadas por lideranças populistas como evidência da falência das elites governantes e das instituições

democráticas.

Paralelamente, a pandemia revelou vulnerabilidades críticas nas cadeias globais de suprimento. Relatórios do Congressional Research Service (2020) e da World Health Organization (WHO, 2020) destacaram a dependência dos Estados Unidos em relação à China para produtos essenciais, incluindo equipamentos de proteção individual e insumos farmacêuticos. Estima-se, por exemplo, que uma parcela significativa dos princípios ativos utilizados na indústria farmacêutica americana seja produzida na Ásia, com forte concentração na China e na Índia.

Essa percepção de dependência foi rapidamente incorporada ao discurso político como problema de segurança nacional. Conforme argumenta Farrell e Newman (2020, *International Security*), a interdependência econômica pode ser convertida em instrumento de poder, tornando cadeias globais potencialmente vulneráveis a pressões geopolíticas. No caso americano, a pandemia reforçou a ideia de que a globalização havia produzido fragilidades estratégicas, legitimando políticas de realocação produtiva e maior protecionismo.

Nesse sentido, a crise sanitária contribuiu para a consolidação de uma inflexão estratégica que combina elementos hamiltonianos e jacksonianos: de um lado, a busca por autonomia econômica e controle de cadeias produtivas; de outro, a associação direta entre segurança nacional e capacidade industrial. Essa convergência sustenta uma postura mais assertiva, e potencialmente mais ofensiva, no segundo governo Trump, especialmente no que se refere à China, que passa a ser tratada não apenas como competidor econômico, mas como rival sistêmico.

Por fim, a pandemia reforça a articulação entre populismo, demotismo e política internacional. Ao simplificar a complexidade de um fenômeno global e atribuir responsabilidade a um ator externo, o discurso trumpista dialoga diretamente com a lógica demótica descrita por Barzun, privilegiando explicações acessíveis e emocionalmente ressonantes. Ao mesmo tempo, ao enquadrar a crise em termos de ameaça existencial, mobiliza a securitização como mecanismo de legitimação política.

Dessa forma, a COVID-19 não apenas intensifica tendências pré-existentes, mas atua como elemento estruturante na transição entre os dois momentos do trumpismo, conectando crise doméstica, radicalização discursiva e reorientação da política externa em um contexto de crescente competição entre grandes potências.

3. JACKSONIANISMO, HAMILTONIANISMO E A REJEIÇÃO DO WILSONIANO

A política externa de Trump revela uma reconfiguração das tradições clássicas da diplomacia americana, conforme a tipologia proposta por Walter Russell Mead. A predominância da tradição jacksoniana é evidente, expressando-se por meio do nacionalismo, da centralidade da segurança, da desconfiança em relação a compromissos internacionais duradouros e da disposição para o uso da força de maneira seletiva e contundente.

Vale recuperar, com base em Caro, Quitral e Riquelme (2022, p. 230-231), a tipologia integral de Mead para situar adequadamente a especificidade do trumpismo. Segundo o autor, a política externa norte-americana foi historicamente conduzida por quatro escolas de pensamento associadas a figuras icônicas da história nacional. Os hamiltonianos defendem um governo federal forte, vinculado ao mundo das finanças e ao comércio internacional, e promovem uma ordem internacional de livre mercado. Os wilsonianos, por sua vez, sustentam uma política externa fundada na democracia, nos direitos humanos e no Estado de Direito, com raízes na tradição protestante dos colonizadores. Os jeffersonianos postulam um Estado mínimo que preserve a liberdade individual e, no plano internacional, defendem a limitação dos compromissos externos e o isolacionismo. Por fim, os jacksonianos representam a vertente populista e nacionalista da tradição, sustentando que os Estados Unidos só devem se envolver em assuntos internacionais quando estiverem em jogo a segurança e o bem-estar imediatos dos cidadãos.

Conforme assinalam Clarke e Ricketts (2017), citados por Caro et al., a perspectiva jacksoniana carrega uma apreciação pessimista do mundo, articulada a uma forte crítica às elites políticas tradicionais e a uma proposta de sistema federal que previna a concentração de poder em um governo centralizado. É precisamente essa matriz que melhor explica o conjunto de medidas trumpistas, do retiro do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP) à crítica sistemática à OTAN, passando pelo confronto comercial com a China e pela rejeição ao Acordo de Paris — todas decisões que, embora apresentadas como pragmáticas, expressam uma cosmovisão coerente em que o engajamento internacional é sempre suspeito e secundário à proteção do trabalhador americano.

Essa orientação manifesta-se empiricamente em decisões-chave. A retirada dos Estados Unidos de acordos multilaterais, como o Acordo de Paris (2017) e o acordo nuclear com o Irã (JCPOA, 2018), evidencia a rejeição a compromissos considerados restritivos à soberania nacional. Ao mesmo tempo, ações como o assassinato do general iraniano Qassem Soleimani em 2020 demonstram a disposição para o uso direto da força em defesa de interesses estratégicos, característica central do ethos jacksoniano.

Como você demonstra, essa tradição está associada a uma visão realista das relações internacionais, na qual o sistema internacional é anárquico e os Estados operam sob a lógica da autoajuda. Nesse sentido, a política externa trumpista prioriza a sobrevivência, a segurança e o interesse nacional imediato, rejeitando projetos de transformação normativa do sistema internacional. A redução do engajamento em missões de nation-building, especialmente no Afeganistão e no Iraque, reforça essa inflexão em relação ao período pós-11 de setembro.

Essa convergência entre jacksonianismo e realismo é detalhadamente analisada por Jasmin e Hosen (2025), que identificam no trumpismo uma expressão contemporânea dos três princípios fundamentais do realismo clássico: o estatismo (centralidade do Estado como ator unitário), a sobrevivência (primazia da segurança nacional) e a autoajuda (impossibilidade de delegar a segurança a estruturas multilaterais). Sob essa óptica, o ceticismo de Trump em relação à OTAN e sua exigência de maior contribuição financeira dos aliados não constituem desvios do interesse nacional norte-americano, mas representam expressões coerentes de uma cosmovisão realista, na qual instituições internacionais são percebidas como ônus que limitam, e não amplificam, o poder dos Estados Unidos.

Simultaneamente, elementos hamiltonianos emergem de forma clara na ênfase atribuída aos interesses econômicos e à competição estratégica. A política comercial adotada contra a China constitui o exemplo mais evidente: a imposição de tarifas sobre cerca de US\$ 370 bilhões em produtos chineses (USTR, 2020) e a renegociação de acordos como o NAFTA (substituído pelo USMCA em 2020) indicam a centralidade da dimensão econômica como instrumento de poder. Além disso, medidas voltadas à restrição tecnológica, como sanções contra empresas como a Huawei, evidenciam uma compreensão da economia como campo de disputa geopolítica.

Essa combinação entre jacksonianismo e hamiltonianismo revela uma política externa que articula segurança e economia como dimensões interdependentes, especialmente no contexto da rivalidade com a China, que passa a ser tratada como competidor estratégico sistêmico.

Em contrapartida, a tradição wilsoniana é significativamente enfraquecida. A promoção da democracia, dos direitos humanos e das instituições multilaterais perde centralidade na formulação da política externa. Evidências desse deslocamento incluem a redução do protagonismo americano em organismos internacionais, críticas recorrentes à OTAN, acompanhadas de pressões por maior contribuição financeira dos aliados, e o afastamento de fóruns multilaterais relevantes.

Além disso, a política externa de Trump demonstra menor disposição para vincular relações diplomáticas a critérios normativos. O fortalecimento de relações com regimes autoritários, como Arábia Saudita, e a ausência de pressão consistente em temas de direitos

humanos indicam uma mudança de paradigma: a política externa deixa de ser orientada por valores universalistas e passa a ser guiada por cálculos estratégicos e interesses imediatos.

Essa lógica pragmática é amplificada pelo traço personalista da diplomacia trumpista, identificado por Caro, Quiral e Riquelme (2022, p. 233-237) como característica definitiva de seu estilo. Segundo os autores, Trump articulou uma política externa à imagem e semelhança do mandatário, apresentando-se como homem de negócios bem-sucedido e "estrategista de soma zero", reduzindo complexos assuntos internacionais a negociações bilaterais nas quais buscava impor-se mesmo às custas da estabilidade internacional e da governança de longo prazo. Como observa David Schultz, citado pelos autores, para Trump a política externa "não é a forma pela qual os Estados Unidos se relacionam com outros países, mas com personalidades", de modo que o interesse nacional norte-americano passa a se confundir com tais relações pessoais — situação evidente em sua aproximação com Vladimir Putin, Kim Jong-un, Viktor Orbán, Andrzej Duda, Matteo Salvini, Benjamin Netanyahu e Jair Bolsonaro.

Dessa forma, a atuação internacional dos Estados Unidos sob Trump pode ser compreendida como uma síntese peculiar entre tradições históricas, na qual o realismo jacksoniano e o pragmatismo econômico hamiltoniano se sobrepõem ao universalismo wilsoniano. Essa reconfiguração não apenas redefine a atuação americana no sistema internacional, mas também contribui para a transição de uma ordem liberal baseada em normas para um ambiente mais competitivo, marcado pela centralidade do poder e pela lógica de rivalidade entre grandes potências.

4. POLÍTICA EXTERNA, REDIVISÃO DO MUNDO E O RETORNO DA LÓGICA MONROÍSTA

A atuação dos Estados Unidos sob Trump insere-se em um contexto de transformação da ordem internacional, marcado pela ascensão da China e pelo reposicionamento estratégico da Rússia. Esse cenário aponta para o enfraquecimento da ordem unipolar consolidada no pós-Guerra Fria e para a emergência de uma configuração mais competitiva, na qual grandes potências disputam influência em termos geopolíticos, econômicos e tecnológicos.

O ambiente é descrito por Jasmin e Hosen (2025) por meio do conceito de "dual containment" (contenção dupla): a situação na qual Estados Unidos enfrentam, simultaneamente, dois rivais sistêmicos, Rússia e China, que cooperam ativamente entre si. Os autores destacam o caráter inédito dessa convergência, evidenciada pela participação de soldados norte-coreanos no conflito da Ucrânia em apoio à Rússia, fato sem precedentes nos últimos cem anos e indicativo de uma articulação crescente entre Estados autoritários. Essa cooperação compromete a presunção

realista clássica de que rivais geopolíticos tenderiam a equilibrar-se mutuamente, abrindo espaço para que os Estados Unidos sejam forçados a escolher entre dispersar recursos em múltiplos teatros simultâneos ou recuar em algum deles, com perdas potenciais significativas.

Nesse contexto, ganha relevo a ideia de uma redivisão do mundo em esferas de influência, na qual a política externa americana passa a refletir uma lógica mais explícita de delimitação de zonas estratégicas. Tal movimento pode ser interpretado como uma reatualização da Doutrina Monroe, não mais restrita ao hemisfério ocidental em termos estritos, mas ampliada como princípio de exclusão de rivais estratégicos em áreas consideradas prioritárias.

Essa inflexão não se limita ao plano discursivo, sendo observável em ações concretas do governo Trump. No caso da América Latina, a retórica e a prática política evidenciam uma retomada clara da centralidade hemisférica. Em 2018, o então Conselheiro de Segurança Nacional John Bolton referiu-se explicitamente à região como parte da "troika da tirania" (Cuba, Venezuela e Nicarágua), sinalizando uma política ativa de contenção ideológica e estratégica.

No caso da Venezuela, a administração Trump adotou uma postura particularmente assertiva, reconhecendo Juan Guaidó como presidente interino em 2019 e impondo um amplo regime de sanções econômicas. Paralelamente, declarações de autoridades americanas, incluindo o próprio Trump, indicaram que "todas as opções estavam sobre a mesa", incluindo a possibilidade de intervenção militar, o que evidencia a disposição de reafirmar influência direta no hemisfério.

A relação com Cuba também reflete esse endurecimento. O governo Trump reverteu medidas de aproximação adotadas pela administração Obama, restabelecendo restrições econômicas e reforçando o embargo, além de reclassificar Cuba como Estado patrocinador do terrorismo em 2021. Essas ações indicam uma política de contenção ideológica alinhada à lógica monroísta clássica.

No caso do México, embora não se trate de um adversário estratégico, a relação foi marcada por forte assimetria e pressão política. A ameaça de imposição de tarifas em 2019, caso o governo mexicano não reforçasse o controle migratório, evidencia o uso de instrumentos econômicos para impor prioridades estratégicas americanas, especialmente no tema da segurança fronteiriça.

A tentativa de aquisição da Groenlândia em 2019, o que novamente é pauta no governo atual, constitui outro episódio emblemático. A proposta, ainda que não concretizada, revela uma visão geopolítica tradicional baseada na expansão territorial e no controle de áreas estratégicas no Ártico, região de crescente importância devido a recursos naturais e rotas comerciais. A reação negativa da Dinamarca não impediu que o episódio evidenciasse a disposição americana de atuar

de forma direta na redefinição de espaços de influência.

De forma semelhante, tensões comerciais e políticas com o Canadá, especialmente durante a renegociação do NAFTA (resultando no USMCA), demonstram que mesmo aliados históricos passaram a ser tratados sob uma lógica mais transacional e menos institucionalizada.

Esse padrão transacional aplica-se também ao continente europeu, com efeitos potencialmente mais disruptivos. Jasmin e Hosen (2025) identificam três movimentos simultâneos no reposicionamento europeu diante de Trump 2.0. Primeiro, a OTAN passa a buscar alternativas à liderança norte-americana, processo igualmente refletido na União Europeia. Segundo, a Alemanha caminha para um papel mais assertivo, rompendo com sua tradicional contenção política e militar do pós-guerra. Terceiro, observa-se uma divisão crescente entre potências europeias: enquanto a França busca autonomia em relação ao domínio norte-americano, o Reino Unido e países da Europa Central manifestam preferência por estreitar laços com Washington. Esse fragmentário rearranjo europeu, segundo os autores, pode produzir consequências de longo prazo: ou os Estados Unidos preservam sua hegemonia sobre o continente, com aliados mais autônomos mas alinhados, ou assistem ao surgimento de uma OTAN mais independente, capaz de desafiar a primazia americana inclusive em termos econômicos e tecnológicos.

Essa lógica de redivisão geopolítica é reforçada, segundo Caro, Quiral e Riquelme (2022, p. 235-237), pela articulação ideológica de Trump com líderes da nova direita radical europeia e latino-americana. As alianças com Viktor Orbán (Hungria), Andrzej Duda (Polônia), Matteo Salvini (Itália) e, na América Latina, com Jair Bolsonaro (Brasil), expressam não apenas afinidades pessoais, mas a construção de uma rede transnacional baseada em programa político comum: limitação da democracia liberal, criminalização dos movimentos migratórios e oposição a pautas de diversidade. O slogan "America First" replica-se em "Hungria primero" (Orbán), "Brasil primeiro" (Bolsonaro), constituindo uma gramática populista compartilhada que tensiona a ordem liberal a partir de múltiplos centros simultaneamente. Particularmente significativa é a relação privilegiada de Trump com Vladimir Putin, evidenciada na controversa Cúpula de Helsinque (2018) e na posterior recusa em condenar a anexação da Crimeia ou denunciar episódios como o envenenamento do opositor Alexei Navalny, sinais de uma reorganização de afinidades estratégicas que privilegia o autocrata em detrimento das democracias liberais aliadas.

Esses exemplos indicam que a política externa trumpista não apenas reconhece a competição entre grandes potências, mas atua ativamente na reorganização de espaços de influência. Como indicado em sua análise, os Estados Unidos historicamente ajustam sua atuação para preservar sua posição no sistema internacional.

No contexto contemporâneo, isso se traduz em uma estratégia que combina retração de compromissos multilaterais amplos com assertividade seletiva em regiões consideradas estratégicas.

Dessa forma, a reatualização da lógica monroísta sob Trump não representa um simples retorno ao passado, mas uma adaptação a um cenário internacional mais competitivo, no qual a delimitação de esferas de influência volta a ocupar papel central. Esse movimento contribui para a erosão da ordem liberal internacional e para a consolidação de um sistema mais fragmentado, orientado pela lógica de poder e pela rivalidade entre grandes potências.

5. A AÇÃO NO ORIENTE MÉDIO: CONTINUIDADE, SECURITIZAÇÃO E PRAGMATISMO

O Oriente Médio constitui o principal espaço de aplicação das transformações observadas na política externa dos Estados Unidos sob Trump. Desde os ataques de 11 de setembro de 2001, a região foi progressivamente securitizada, sendo associada a ameaças existenciais no campo do terrorismo e da instabilidade regional. No período trumpista, essa centralidade é mantida, mas reinterpretada à luz de uma estratégia que combina seletividade militar, competição entre grandes potências e controle indireto de recursos energéticos e rotas estratégicas.

No primeiro governo Trump, observa-se uma atuação marcada pela combinação entre intensificação operacional e contenção de custos. A derrota territorial do Estado Islâmico em 2019, frequentemente apresentada como evidência de sucesso estratégico, deve ser compreendida de forma mais complexa: trata-se de um processo iniciado anteriormente, mas intensificado por meio da ampliação de ataques aéreos, da flexibilização das regras de engajamento e da delegação de protagonismo a forças locais.

Nesse contexto, o papel das forças curdas, especialmente as Forças Democráticas Sírias (SDF), foi decisivo. Os Estados Unidos atuaram por meio de suporte aéreo, logístico e de inteligência, evitando o emprego massivo de tropas terrestres. Paralelamente, observou-se uma forma de coordenação pragmática com a Rússia, por meio de mecanismos de deconfliction, que permitiram evitar confrontos diretos no teatro sírio, mesmo em um contexto de interesses divergentes.

A posterior retirada parcial das tropas americanas do norte da Síria, em 2019, evidenciou os limites dessa estratégia, ao expor os aliados curdos à ação da Turquia e ao avanço de forças alinhadas ao regime sírio e à Rússia. O episódio ilustra a lógica trumpista de seletividade, redução de custos e priorização de interesses imediatos.

O Iraque permanece como espaço central de disputa indireta entre Estados Unidos e Irã, especialmente em razão da atuação de milícias xiitas e da presença militar americana. O assassinato de Qassem Soleimani, em 2020, insere-se nesse contexto de contenção da influência iraniana e demonstra o risco constante de escalada regional.

A política de "máxima pressão" contra o Irã estruturou a atuação americana, combinando sanções econômicas e dissuasão militar. Ainda que tenha impactado significativamente a economia iraniana, não impediu a continuidade de sua projeção regional por meio de estratégias assimétricas. Nesse arranjo, o Irã opera por meio de uma rede de aliados e organizações armadas, entre as quais se destaca o Hezbollah, no Líbano.

A política de máxima pressão produziu, contudo, um efeito colateral relevante: o aprofundamento da aliança entre Irã e Rússia. Como demonstram Jasmin e Hosen (2025), a relação russo-iraniana, historicamente marcada por rivalidades em regiões como o Cáucaso, a Ásia Central e o próprio Oriente Médio, transformou-se em parceria estratégica progressivamente densa após a invasão russa da Ucrânia em 2022. A Rússia tem fornecido apoio militar, segurança política em fóruns internacionais e compartilhamento de inteligência ao Irã, enquanto Teerã supre Moscou de drones e munição utilizada no conflito ucraniano. Significativamente, ambos os países compartilham a percepção dos Estados Unidos como inimigo comum, alinham-se contra a expansão da OTAN e operam sob regimes de sanções ocidentais que reforçam sua interdependência. Trump 2.0, ao buscar simultaneamente conter o Irã e negociar com Putin, depara-se assim com um dilema estrutural: cada movimento contra Teerã tende a fortalecer Moscou, e vice-versa, complicando a estratégia tradicional de divisão de adversários.

O Hezbollah desempenha papel central na arquitetura estratégica iraniana, funcionando como instrumento de dissuasão e projeção de poder contra Israel. Dotado de significativa capacidade militar, incluindo um vasto arsenal de foguetes e mísseis, o grupo representa uma ameaça direta à segurança israelense. Ao mesmo tempo, sua inserção no sistema político libanês confere-lhe uma dimensão híbrida, que combina atuação estatal e não estatal.

Nesse contexto, o Hezbollah constitui elemento-chave na dinâmica de contenção e escalada controlada. Em momentos de intensificação do conflito entre Israel e o Hamas, especialmente a partir de 2023, o grupo atua como vetor potencial de ampliação do conflito, seja por meio de ataques limitados na fronteira norte de Israel, seja como instrumento de pressão indireta do Irã. A possibilidade de abertura de um segundo фронт de conflito é fator central no cálculo estratégico dos Estados Unidos e de Israel.

O Estreito de Ormuz permanece como ponto crítico da segurança energética global, concentrando cerca de 20% do fluxo mundial de petróleo. A presença naval americana na região

visa garantir a estabilidade desses fluxos e conter ações disruptivas por parte do Irã, especialmente em cenários de escalada.

É, contudo, na dinâmica envolvendo Israel e o Hamas que se evidencia de forma mais clara a atuação contemporânea dos Estados Unidos. A guerra em Gaza, intensificada a partir de 2023, reativa clivagens históricas e amplia o risco de regionalização do conflito. O apoio americano a Israel manifesta-se por meio de respaldo diplomático, assistência militar, compartilhamento de inteligência e deslocamento de ativos navais, com o objetivo de dissuadir a entrada de outros atores, como o Hezbollah e o próprio Irã.

Esse apoio incondicional, contudo, expõe os Estados Unidos a tensões jurídicas e diplomáticas significativas, conforme apontam Jasmin e Hosen (2025). Os autores destacam que duas legislações domésticas norte-americanas — a Leahy Law, que proíbe assistência militar a forças de segurança estrangeiras envolvidas em violações graves de direitos humanos, e o Humanitarian Aid Corridor Act, que veda a venda de armas a países que obstruam a ajuda humanitária americana — têm sido reiteradamente contornadas no caso israelense. Desde outubro de 2023, mais de 500 relatos teriam documentado o uso de armamento norte-americano por Israel em ataques a civis em Gaza, enquanto o Tribunal Penal Internacional emitiu mandado de prisão contra Benjamin Netanyahu sob acusação de violações graves dos direitos humanos. Essa lacuna entre o ordenamento jurídico interno e a prática diplomática deteriora a credibilidade normativa dos Estados Unidos perante a comunidade internacional, contribuindo para o que Drezner (2024) denominou como o fim do excepcionalismo americano: a percepção crescente de que Washington opera por critérios duplos e perde sua função histórica de árbitro normativo do sistema internacional.

Essa atuação revela uma dupla lógica: de um lado, o compromisso estratégico com Israel; de outro, a busca por evitar uma escalada regional de grandes proporções. Nesse contexto, a política americana combina dissuasão militar e gestão diplomática da crise.

A atuação diplomática indireta envolve o recurso a mediadores como o Qatar, que mantém canais de comunicação com o Hamas e desempenha papel relevante em negociações envolvendo reféns e cessar-fogo. Essa dinâmica evidencia a coexistência entre confronto e acomodação na política regional americana.

O papel de Israel foi significativamente reforçado durante o governo Trump, especialmente por meio dos Acordos de Abraão, que promoveram a aproximação entre Israel e países árabes sunitas. No entanto, a guerra em Gaza tensiona essa arquitetura, reintroduzindo a centralidade da questão palestina e ampliando pressões internas e externas sobre esses arranjos.

Os Acordos de Abraão, conforme contextualizam Caro, Quitral e Riquelme (2022, p. 237-

238), inserem-se em uma convergência ideológica mais ampla entre Trump e Netanyahu. Os autores identificam três eixos de afinidade entre os dois líderes: a percepção comum do regime iraniano como ameaça existencial ao Oriente Médio e ao mundo; a perspectiva compartilhada sobre o conflito israel-palestino, evidenciada pelo reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel em 2017 e pela transferência da embaixada norte-americana à cidade; e a articulação retórica de Israel como vanguarda civilizacional contra o Islã radical, leitura que dialoga diretamente com a tese do "choque de civilizações" e que Caro et al. relacionam ao gradual abandono do antissemitismo pelos partidos europeus de extrema direita, agora reorganizados em torno da islamofobia. Sob Trump 2.0, a continuidade desse alinhamento é reforçada pela inclinação combativa do presidente em relação ao Irã; conta balanceada pela disposição declarada de retomar e aprofundar os Acordos de Abraão, como pilar de uma reorganização regional sob primazia israelense.

A posição do Qatar, da Turquia e da Irmandade Muçulmana evidencia a complexidade do cenário regional. Esses atores operam em uma zona intermediária entre alinhamento e autonomia, levando os Estados Unidos a adotarem uma política baseada em tolerância seletiva, negociação e acomodação.

As monarquias do Golfo, especialmente Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, permanecem como pilares da estratégia americana, embora busquem diversificar suas relações. A crescente presença de China e Rússia reforça a dimensão sistêmica da disputa, transformando o Oriente Médio em espaço de competição ampliada.

No segundo governo Trump, a tendência é de continuidade com intensificação seletiva: apoio firme a Israel, contenção do Irã, manutenção da segurança energética e enfrentamento da influência de China e Rússia, evitando, contudo, intervenções prolongadas.

Dessa forma, o Oriente Médio configura-se como uma arena complexa e multifacetada, na qual securitização, energia, conflito e competição entre grandes potências se entrelaçam. A atuação dos Estados Unidos sob Trump revela uma estratégia voltada à gestão de equilíbrios instáveis, na qual o uso da força, a dissuasão e a acomodação coexistem como instrumentos complementares de política externa.

CONCLUSÃO

A análise do trumpismo, em suas dimensões interna e externa, revela menos uma ruptura absoluta e mais uma reconfiguração profunda das formas de exercício do poder nas democracias contemporâneas. O populismo que sustenta a ascensão de Donald Trump não deve ser compreendido apenas como estratégia eleitoral ou retórica política, mas como expressão de uma

transformação estrutural que encontra no conceito de demotismo, conforme formulado por Jacques Barzun, sua dimensão cultural mais profunda.

O demotismo, ao deslocar os critérios de autoridade da competência e da mediação institucional para a identificação imediata com o "povo", produz um ambiente no qual a política tende à simplificação, à personalização e à emocionalização. Nesse contexto, o populismo deixa de ser apenas uma ideologia de baixa densidade, nos termos de Mudde, para se tornar uma forma de organização da experiência política, na qual a legitimidade decorre da proximidade simbólica entre líder e base.

No caso de Trump, essa dinâmica manifesta-se de forma particularmente intensa. Sua postura midiática, baseada na comunicação direta e na desintermediação, não apenas contorna instituições tradicionais, mas redefine o próprio espaço público. A verdade política torna-se contingente, disputada e frequentemente subordinada à eficácia mobilizadora do discurso.

Essa transformação interna encontra correspondência direta na política externa. A rejeição da tradição wilsoniana, fundada na promoção de valores universais e na centralidade das instituições multilaterais, não implica um isolamento puro, mas a substituição de uma lógica normativa por uma lógica pragmática e seletiva. A política externa deixa de ser instrumento de transformação da ordem internacional e passa a operar como mecanismo de gestão de riscos, contenção de ameaças e administração de equilíbrios instáveis.

Nesse sentido, a combinação entre elementos jacksonianos e hamiltonianos revela uma orientação na qual segurança e interesse econômico se sobrepõem a compromissos ideológicos. A competição com a China, a contenção da Rússia e a atuação no Oriente Médio não são guiadas por projetos universalistas, mas por cálculos estratégicos situados.

O Oriente Médio, como demonstrado, constitui o laboratório privilegiado dessa transformação. A atuação americana na região, marcada por combate indireto ao terrorismo, pressão sobre o Irã, apoio a Israel e uso de alianças flexíveis, evidencia uma política orientada não à resolução definitiva de conflitos, mas à sua gestão contínua. A coexistência entre confronto e acomodação, visível nas relações com atores como Qatar, Turquia e mesmo em interações indiretas com adversários, ilustra a complexidade desse modelo.

A centralidade da energia, especialmente no controle de rotas como o Estreito de Ormuz, e a crescente presença de China e Rússia reforçam a dimensão sistêmica dessa dinâmica. O Oriente Médio deixa de ser apenas um espaço de intervenção e passa a configurar-se como arena de competição entre grandes potências em um contexto de multipolaridade emergente.

Nesse quadro, a política externa americana sob Trump pode ser interpretada como

sintoma de uma transição mais ampla: o deslocamento de uma ordem liberal internacional, baseada em normas e instituições, para uma ordem caracterizada pela fragmentação, pela competição e pela gestão de crises permanentes. Trata-se de um sistema no qual a estabilidade não decorre da convergência normativa, mas da capacidade dos atores de administrar conflitos sem permitir sua escalada descontrolada.

O populismo demótico, nesse contexto, não é apenas um fenômeno doméstico, mas um elemento que molda a própria inserção internacional dos Estados Unidos. Ao privilegiar respostas imediatas, reduzir a importância de mediações institucionais e enfatizar a soberania e o interesse nacional, ele contribui para a consolidação de uma política externa menos previsível, mais transacional e orientada por resultados de curto prazo.

As contribuições de Caro, Quitral e Riquelme (2022) e de Jasmin e Hosen (2025) permitem situar essa transição em horizonte ainda mais amplo. Os autores chilenos demonstram que o trumpismo não constitui anomalia isolada, mas referência mundial de uma nova direita radical articulada transnacionalmente, com expressões nacionais coerentes em Hungria, Polônia, Itália, Brasil e Índia, entre outros — situação que tensiona o multilateralismo simultaneamente em múltiplos centros, multiplicando os desafios à arquitetura institucional do pós-Guerra. Já Jasmin e Hosen, ao discutir Trump 2.0 a partir do conceito de "dual containment", evidenciam que a estratégia trumpista, ao tratar simultaneamente Rússia, China e Irã como adversários — sem mecanismos de divisão entre eles — pode produzir o efeito não intencional de acelerar a cooperação entre Estados autoritários e, com isso, precipitar o que Daniel Drezner caracterizou como o fim do excepcionalismo americano. Não se trata, portanto, apenas de um ajuste tático na política externa, mas de uma transição estrutural na qual os Estados Unidos correm o risco de perder progressivamente sua condição de potência indispensável, abrindo espaço para a consolidação de uma ordem genuinamente multipolar.

Convém, ademais, ponderar que essa transição não está predeterminada. Como observam Jasmin e Hosen (2025), a arquitetura institucional norte-americana — com seu sistema de freios e contrapesos, imprensa livre e sociedade civil organizada — preserva mecanismos de resistência que podem mitigar os efeitos disruptivos do trumpismo. A pergunta que se coloca, portanto, não é apenas se os Estados Unidos sairão fortalecidos ou enfraquecidos do segundo mandato Trump, mas também se sua democracia será capaz de processar institucionalmente as transformações culturais que o demotismo produz, ou se acabará incorporando-as como nova matriz de funcionamento do poder. Nesse último cenário, o trumpismo deixaria de ser fenômeno transitório e passaria a constituir a forma estável de uma democracia transformada — não apenas em sua política externa, mas em sua própria estrutura de legitimidade interna.

Dessa forma, o trumpismo não deve ser visto apenas como uma anomalia ou desvio, mas

como parte de um processo mais amplo de transformação da política contemporânea. A articulação entre populismo, demotismo e reconfiguração da ordem internacional sugere que estamos diante não apenas de uma mudança de governo, mas de uma mudança de paradigma, na qual a política — interna e externa — passa a operar sob novas lógicas de legitimidade, poder e conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARZUN, Jacques. *From Dawn to Decadence: 500 Years of Western Cultural Life*. New York: HarperCollins, 2000.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.
- CARO, Isaac; QUITRAL, Máximo; RIQUELME, Jorge. Populismo y política exterior: el caso de los Estados Unidos de Donald Trump. *Análisis Político*, Bogotá, v. 35, n. 104, p. 224-243, enero-junio 2022. DOI: <https://doi.org/10.15446/anpol.v35n104.105180>. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/105180>. Acesso em: 3 maio 2026.
- COOKE, Miriam; LAWRENCE, Bruce (eds.). *Muslim Networks: From Hajj to Hip Hop*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.
- DREZNER, Daniel W. The end of American exceptionalism: Trump's reelection will redefine U.S. power. *Foreign Affairs*, 2025.
- GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. *The Endgame: The Inside Story of the Struggle for Iraq, from George W. Bush to Barack Obama*. New York: Pantheon Books, 2012.
- HAASS, Richard. *The World: A Brief Introduction*. New York: Penguin Press, 2020.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- JASMIN, Iffat Ara; HOSEN, Imran. Trump 2.0: redefining America's role in the global order. *Discover Global Society*, v. 3, n. 140, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s44282-025-00281-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s44282-025-00281-7>. Acesso em: 3 maio 2026.
- KATZENSTEIN, Peter J. (ed.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1996.
- KIRKPATRICK, David D. *Into the Hands of the Soldiers: Freedom and Chaos in Egypt and the Middle East*. New York: Viking, 2018.
- KRAUZE, Enrique. El pueblo soy yo. *Editorial Debate*, 2018.
- LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.
- LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. Elecciones sin democracia. El surgimiento del autoritarismo competitivo. *Estudios Políticos*, n. 24, p. 159-176, 2004.

- LISTER, Charles R. *The Syrian Jihad: Al-Qaeda, the Islamic State and the Evolution of an Insurgency*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LIPPMANN, Walter. *U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic*. Boston: Little, Brown and Company, 1943.
- MEAD, Walter Russell. *Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World*. New York: Routledge, 2001.
- MEAD, Walter Russell. *The Jacksonian Revolt. American Populism and the Liberal Order*. *Foreign Affairs*, v. 96, n. 2, p. 2-7, 2017.
- MEARSHEIMER, John J. *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*. New Haven: Yale University Press, 2018.
- MUDDE, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MÜLLER, Jan-Werner. *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.
- NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO). *NATO 2030: United for a New Era*. Brussels: NATO, 2020.
- NYE, Joseph S. *Do Morals Matter? Presidents and Foreign Policy from FDR to Trump*. New York: Oxford University Press, 2020.
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal: la institucionalización legal de la desconfianza política*. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 11, p. 11-31, 2004.
- PAPE, Robert A. *Dying to Win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism*. New York: Random House, 2005.
- POSEN, Barry R. *Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.
- SCHULTZ, David. *American foreign policy in the age of Donald Trump*. *Lithuanian Annual Strategic Review*, v. 17, p. 11-34, 2019.
- SLATER, Jerome. *Mythologies Without End: The US, Israel, and the Arab-Israeli Conflict, 1917–2020*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- TRUMP, Donald J. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, D.C.: The White House, 2017.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. *Summary of the 2018 National Defense Strategy*. Washington, D.C., 2018.
- WOLFF, Michael. *Fuego y furia en las entrañas de la Casa Blanca de Trump*. Editorial Planeta, 2018.
- WOODWARD, Bob. *Fear: Trump in the White House*. New York: Simon & Schuster, 2018.
- WRIGHT, Robin. *Rock the Casbah: Rage and Rebellion Across the Islamic World*. New York: Simon & Schuster, 2011.